



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Territórios, questão agrária e colapso ambiental

Tudo que nós tem é nós: O racismo ambiental no Rio de Janeiro

Marcelo Willian Ribeiro Peres¹

Dafné Yasmim da Costa de Souza²

Lívian Monteiro Silva³

Deivi Ferreira da Silva Matos⁴

Resumo: O presente artigo fundamenta-se na teoria social crítica e, por meio de uma pesquisa qualitativa baseada em estudo de caso, tem como objetivo discutir o racismo ambiental no Rio de Janeiro, com foco nos territórios de Jardim Gramacho e Jacaré, buscando compreender como essas dinâmicas se articulam historicamente e contribuem para a reprodução das desigualdades sociais para a população negra na contemporaneidade.

Palavras-chave: racismo ambiental; necropolítica; população negra; questão social.

All we have is us: Environmental racism in Rio de Janeiro

Abstract: This article is grounded in critical social theory and, through qualitative research based on a case study, aims to discuss environmental racism in Rio de Janeiro, focusing on the territories of Jardim Gramacho and Jacaré. The study seeks to understand how these dynamics are historically articulated and how they contribute to the reproduction of social inequalities in contemporary society.

Keywords: environmental racism; necropolitics; Black populário; social question.

Introdução

A produção das desigualdades socioambientais no Brasil são resultados de decisões históricas e políticas que definem quais territórios devem ser protegidos e quais devem ser des(assistidos) pelo poder público. Os territórios majoritariamente ocupados por

¹ Graduando em educação física na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Extensionista e bolsista PIBIC na Rede de Estudos, Pesquisa, Extensão e Ensino sobre Serviço Social e Educação. Email: pereswpr@gmail.com

² Assistente Social formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pesquisadora da Rede de Estudos, Pesquisa, Extensão e Ensino sobre Serviço Social e Educação. dafney73@gmail.com

³ Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, extensionista da Rede de Estudos, Pesquisa, Extensão e Ensino sobre Serviço Social e Educação. Email: livianmonteiro22@gmail.com.

⁴ Mestre e Doutorando em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador na Rede de Estudos, Pesquisa, Extensão e Ensino sobre Serviço Social e Educação. Email: s.david_mattos@hotmail.com.

populações negras, pobres e periféricas são historicamente os mais expostos à poluição, à precariedade e à ausência de políticas públicas efetivas. Essa distribuição desigual dos impactos sociais revela que determinados grupos sociais são suscetíveis a uma maior vulnerabilidade social por parte do Estado aliado a classe dominante ao longo da dinâmica da formação social brasileira (Herculano, 2006).

O conceito de racismo ambiental a partir de Herculano (2006) e Barbosa (2024) nos permite compreender como decisões políticas e práticas institucionais contribuíram para a má divisão do espaço urbano, causando riscos, agravos e danos ambientais. Tais expressões da “Questão Social” impacta diretamente determinados corpos racializados, sobretudo o de negros e indígenas. O racismo ambiental evidencia que populações como a negra são desproporcionalmente afetadas por políticas e práticas que degradam seus territórios, limitando o acesso a direitos sociais fundamentais tais como: à saúde, à moradia digna, à assistência, à segurança pública, ao lazer e ao trabalho, e à qualidade de vida. Trata-se, portanto, de um processo que articula desigualdade social, marginalização territorial e exclusão racial, revelando a permanência de estruturas históricas que fundamentam a base de nossa formação social que continuam operando numa lógica de necropolítica na contemporaneidade.

Ter compreensão dessas relações sociais existentes, nos permite reconhecer que tais desigualdades enraízam-se no tecido social e marca profundamente a divisão social, racial e sexual do trabalho em nosso país, especialmente no legado deixado pelo colonialismo. Em “Os Condenados da Terra”, Fanon (1961) aponta que o colonialismo não se encerra com o fim de sua forma institucional clássica, mas se perpetua por meios de estruturas que continuam a reproduzir hierarquias e violências para separar corpos, mentes e espaços. Nesse sentido, a organização do espaço urbano pós-período colonial, continua reforçando e mantendo traços dessas divisões, balizadas pelo racismo e pelo extermínio de mulheres, crianças e homens negros, além de estabelecer fronteiras sociorraciais elegendo quais populações merecem ter o acesso à vida digna e quais são expostas à condições precárias de existências.

No Estado do Rio de Janeiro, o racismo ambiental materializa-se como uma expressão da Questão Social que pode ser observada desde o início do século XX na implementação da Reforma Pereira Passos, a qual pretendia dar uma roupagem modernista a cidade, objetivando romper com os resquícios do período escravagista,

transformando a cidade numa espécie de “Paris Tropical”, a grande contradição que se põe é que essa reforma foi pautada por uma política higienista que expulsou os negros recém-libertos da área central da cidade (Fiocruz, 2026). A formação social do Rio de Janeiro é marcada por profundas desigualdades socioespaciais. Às populações mais pobres e sobretudo a negra, frequentemente foi alocada em espaços marcados pela ausência de infraestrutura básica e pela concentração de atividades poluentes. Isso é uma das grandes marcas que o racismo estrutural e estruturante do Rio de Janeiro provocou, cabe lembrar que o Porto do Caís do Valongo, localizado na cidade tida como maravilhosa foi o que mais recebeu africanos escravizados, Nascimento (2016) calcula que o Rio recebeu mais de 5 milhões de africanos que foram introduzidos ao trabalho forçado, e atualmente os descendentes desses povos sofrem com os resquícios desse passado sombrio.

Esse processo está associado às práticas de atuação seletiva do Estado, visto que as políticas públicas e intervenções urbanas foram implementadas, priorizando determinadas áreas, como a Zona Sul, em detrimento de outras, como a Baixada Fluminense, e demais regiões onde reside a classe trabalhadora como Zona Norte e Zona Oeste. Um fator determinante para esse contexto, foram as chamadas políticas de higienização urbana, nas quais o discurso consistia em modernizar e pôr ordem na cidade, promover a remoção e deslocamento da população, em sua maioria negra, para as regiões mais periféricas, menos valorizadas, e de difícil acesso às áreas centrais. Essas práticas contribuíram para a segregação socioespacial e racial da cidade, e para a consolidação de territórios com ausência de infraestrutura e exposição a riscos ambientais que nesse contexto tornam-se zonas de sacrifício das populações historicamente marginalizadas (Herculano, 2006).

É nesse cenário que o racismo ambiental se materializa, podendo ser observado em diferentes territórios. Para fins de pesquisa realizamos um breve estudo de caso em dois territórios habitados majoritariamente pela classe trabalhadora do Rio de Janeiro. O primeiro, o bairro de Jardim Gramacho, localizado em Duque de Caxias, território da baixada fluminense, e o segundo o bairro do Jacaré, localizado na Zona Norte da capital do estado fluminense. Durante décadas, o território do Jardim Gramacho abrigou o maior aterro sanitário da América Latina, recebendo diariamente toneladas de lixo provenientes da capital e outros municípios da região. Por seu turno, a região do Jacaré, é marcada

pela negligência estatal ao concentrar problemas como poluição, à precariedade urbana e à ausência de investimentos públicos estruturais. Esses problemas evidenciam como a população local dos territórios periféricos concentram-se naquilo que Herculano (2006) caracteriza como zona de sacrifício, onde o racismo ambiental opera produzindo uma série de violências contra a população negra desses espaços vulneráveis.

A presença dessas condições não apenas impacta o meio ambiente local, mas também afeta diretamente a condição de vida das comunidades, expondo-as a risco à saúde, e a contaminações. Além disso, a ausência de políticas públicas eficazes voltadas para a proteção social reforça o papel do Estado na reprodução de desigualdades. Desta forma, tanto o Jardim Gramacho quanto a comunidade do Jacaré, se configuram como territórios que expressam, de maneira concreta, as contradições de um modelo de desenvolvimento capitalista que se sustenta na superexploração do trabalho e marginalização de classes sociais que sofrem com a distribuição de riqueza desigual dentro do modo de produção capitalista periférico e dependente.

Diante do contexto abordado, torna-se fundamental analisar como o racismo ambiental se estrutura no estado do Rio de Janeiro, considerando suas raízes coloniais e como este se reatualiza criando zonas de sacrifício, onde as populações negras figuram como os verdadeiros condenados da terra nos termos de Fanon (1961).

1. População negra e o direito à cidade:

No período pós-abolição, a ausência de políticas públicas voltadas à inclusão da população negra recém-liberta, somada às reformas urbanas excludentes, como as promovidas pelo prefeito Pereira Passos, e à expulsão de populações pobres das áreas centrais, contribuiu diretamente para a ocupação de morros e regiões não planejadas.

A reforma do início do século XX demoliu cortiços no centro da cidade e deslocou milhares de pobres para áreas periféricas, como a Baixada Fluminense e a zona norte carioca. Marcado por expropriações, violência e ausência de planejamento urbano, esse processo intensificou a formação de favelas e espaços precários, sem acesso adequado a serviços públicos. Assim, tais zonas de sacrifício devem ser compreendidas como resultado histórico da exclusão sistemática, e não de escolhas individuais (Barbosa, 2024).

Paralelamente, o Estado teve papel central na consolidação das desigualdades urbanas, tratando as classes empobrecidas como “classes perigosas”. Ao priorizar investimentos em áreas valorizadas pela elite, como a Zona Sul, negligenciou regiões ocupadas pela população pobre. Segundo reportagem da Agência Brasil (2024), a falta de saneamento básico nas periferias e favelas do Rio de Janeiro, marcada por esgoto a céu aberto e infraestrutura precária, afeta diretamente a qualidade de vida e constitui um determinante social da saúde.

Essa divisão socioespacial do território habitado pela classe dominante e o território habitado pela classe dominada dialoga com a análise que Fanon (1961) realiza em “Os Condenados da Terra”, na qual o autor descreve o mundo colonial como um espaço compartimentado, dividido entre a zona habitada pelo colono e a zona habitada pelo colonizado. Para Fanon, essa divisão não é apenas simbólica ou econômica, mas profundamente material e geográfica, tratando-se de um mundo cortado em dois, no qual cada parte possui infraestruturas, condições de vida e valores radicalmente distintos:

A zona habitada pelos colonizados não é complementar da zona habitada pelos colonos. Essas duas zonas opõem-se. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, obedecem ao princípio de exclusão recíproca (...). A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo estão sempre cheios de vestígios desconhecidos, nunca vistos, nem sonhados. Os pés do colono não se veem nunca, a não ser no mar, mas poucas vezes se podem ver de perto. Pés protegidos por fortes sapatos, apesar das ruas da sua cidade serem limpas, lisas, sem covas, sem pedras. A cidade do colono é uma cidade farta, indolente e está sempre cheia de coisas boas. A cidade do colono é uma cidade de brancos e de estrangeiros (Fanon, 1961, p.34).

Articulando a análise do autor dentro do contexto urbano contemporâneo, é possível observar que a cidade do Rio de Janeiro reproduz, sob novas formas, essa mesma lógica de desagregação. As áreas privilegiadas da cidade, amplamente assistidas pelo Estado e dotadas de infraestrutura, coexistem com territórios marcados pela precariedade, pela ausência de serviços básicos e pela exposição constante a riscos, como deslizamentos de encostas em períodos de chuvas intensas, recorrentes em favelas situadas em áreas de morro. Não se trata apenas de desigualdade, mas de uma organização socioespacial que delimita quem deve viver em condições de dignidade e quem deve sobreviver imerso as agruras de uma sociedade desigual.

Nesse sentido, a noção de necropolítica desenvolvida por Mbembe (2011), permite aprofundar essa análise ao compreender que o poder contemporâneo não se limita a gerir a vida, mas opera também pela administração da morte. Aplicado ao contexto urbano do Rio de Janeiro, isso significa reconhecer que a distribuição desigual de infraestrutura, saneamento, segurança ambiental e políticas públicas não é apenas uma falha do Estado, mas parte de um regime que hierarquiza corpos que merecem ser protegidos e aqueles que serão inscritos como classe perigosa.

Fanon (1961), enfatiza que o mundo colonial é mantido por meio de uma violência permanente, que não se restringe ao uso direto da força, mas se expressa na organização do espaço, na distribuição desigual de recursos e na imposição de limites concretos à mobilidade e à existência dos sujeitos colonizados. Nesse sentido, a segregação sociorracial observada nas cidades brasileiras pode ser interpretada como uma atualização dessa violência que reproduz o racismo estrutural, materializado em racismo ambiental, que perpassa por instituições, políticas públicas e dinâmicas econômicas.

Além da negligência estatal, há uma concentração sistemática de riscos ambientais nesses territórios. Regiões como a Baixada Fluminense e bairros da Zona Norte, como o Jacaré, historicamente concentram atividades poluentes, depósitos de resíduos e infraestruturas indesejadas. Esse padrão revela uma distribuição desigual dos impactos ambientais, na qual populações pobres são mais expostas à degradação ambiental. Tal dinâmica integra um modelo de desenvolvimento desigual e combinado, marcado pela disparidade entre bairros burgueses e territórios da classe trabalhadora, definindo quais populações e espaços podem ser sacrificados (Lowi, 1998; Herculano, 2006).

É nesse ponto que o conceito de racismo ambiental deixa de ser apenas uma categoria analítica e passa a servir como chave interpretativa que contribui para a compreensão dos processos em que a maior parte das expressões da “Questão Social” é racial no Rio de Janeiro vão recair sobre homens, mulheres e crianças negras. Segundo Herculano (2006), o racismo ambiental refere-se ao conjunto de práticas e discursos que naturalizam a degradação ambiental e humana em nome do desenvolvimento, afetando desproporcionalmente grupos historicamente marginalizados. Trata-se, portanto, de um mecanismo que articula desigualdade racial, étnica, social, econômica e ambiental.

Nesse contexto, o conceito de “zonas de sacrifício”, amplamente utilizado no campo da justiça ambiental, torna-se fundamental para compreender a concentração de danos ambientais em determinados territórios. Ao dialogar com Fanon (1961), é possível compreender essas zonas não apenas como espaços degradados, mas como territórios onde a violência estrutural se materializa de forma mais intensa, aproximando-se da ideia de espaços destinados aos descendentes de povos que foram colonizados, tais como as populações negras e indígenas. O autor também reflete que nas cidades colonizadas a classe dominante precisa afetar negativamente a compleição física e mental dos indivíduos colonizados, cria-se assim inúmeros quadros de violências econômicas e extraeconômicas tais como às praticadas pelas polícias, os desabamentos em cenários de enchente, a criação de lixões à céu aberto, a ocupação desses espaços por facções criminosas e milícias dentre outros.

As consequências dessa organização espacial são profundas e devido a lógica neoliberal, as falhas de acesso à dignidade, não é fruto das relações econômicas que se desenvolvem no capitalismo, mas sim dos indivíduos pobres os quais são frequentemente responsabilizados e moralizados por sua condição social. Tal processo, invisibiliza as estruturas sociais dramáticas vivenciadas pela população negra. A exposição contínua à precariedade, à poluição e à negligência estatal pode ser compreendida como parte de um mecanismo mais amplo de controle social, que limita horizontes de vida e possibilidades de mobilidade social, Mbembe (2016) classifica esse processo como necropolítica, a qual o autor classifica como a lógica em que o Estado em simbiose com o capital define quais são as vidas que possuem valor dentro do Capitalismo e quais são as vidas que merecem ser sacrificadas. Um ponto interessante desse debate é que segundo Mbembe (2016), a morte tornou-se mais um meio do Estado burguês aliado ao capital extrair mais valor da classe trabalhadora, trazendo isso para os dois territórios analisados, ambos passam por problemáticas atreladas à violência armada.

Entendemos que a população negra, figura na condição dos verdadeiros “condenados da terra” (1961), sujeitos cuja existência é marcada pela violência estrutural e pela negação de humanidade. No entanto, mais do que uma simples reprodução do modelo colonial, o espaço urbano contemporâneo também se configura como campo de disputa, no qual movimentos sociais, organizações comunitárias e coletivos periféricos

resistem a essas dinâmicas e reivindicam o direito à cidade. Assim, o espaço urbano não apenas reflete desigualdades, mas produz e reproduz as suas resistências a esse estado perene de dor.

2. Racismo Ambiental Conexões entre Caxias e Jacaré

De acordo com Fanon (1961), a descolonização não é um processo conciliador ou gradual, mas profundamente conflituoso. Trata-se de um embate entre forças estruturalmente opostas, que se constituem dentro da própria lógica colonial. Essa concepção rompe com visões idealizadas de transição pacífica, enfatizando que a libertação implica a ruptura radical com a ordem estabelecida.

Outro elemento central é a divisão do mundo colonial. Fanon (1961) afirma que “o mundo colonizado é um mundo dividido em dois”, marcado por uma separação concreta e simbólica entre colonizador e colonizado. Essa divisão não é apenas econômica, mas espacial, racial e política. Diferentemente das sociedades capitalistas centrais, onde o controle social pode ocorrer por meio de instituições ideológicas, nas colônias a dominação se dá de forma direta, por meio daquilo que o autor denomina como intermediário do poder, que para exercer o controle social se valerá de uma pura linguagem da violência.

As reflexões de Fanon permanecem extremamente atuais e necessárias quando analisadas à luz do racismo ambiental no Brasil, especialmente nas periferias do estado do Rio de Janeiro. O conceito de racismo ambiental refere-se também à distribuição desigual dos impactos ambientais, que afetam de forma desproporcional populações negras, pobres e periféricas. Essa configuração revela que “o mundo dividido em dois” não é apenas uma característica do colonialismo clássico, mas uma estrutura que se atualiza na cena contemporânea. A “cidade do colono” pode ser associada às áreas centrais e valorizadas, enquanto a “cidade do colonizado” encontra correspondência nas periferias e favelas, local majoritariamente ocupado pela classe trabalhadora superexplorada (Fanon, 1961).

Um exemplo desse fato é a construção do aterro sanitário no bairro de Jardim Gramacho, localizado em Caxias, município da baixada fluminense do Rio de Janeiro. Em 1978, no município de Duque de Caxias, iniciou-se a construção do maior aterro sanitário da América Latina, durante seu período de funcionamento, este recebia

aproximadamente 8 mil toneladas de resíduos sólidos por dia (Gomes e Meirelles, 2008) e abrigou durante 34 anos inúmeras famílias que, em meio a caminhões que chegavam ininterruptamente, se valiam do trabalho da reciclagem, além da garimpagem de alimentos provenientes do lixo para manterem suas condições de subsistência.

As famílias que ali residiam e tinham como sustento a reciclagem de resíduos no aterro eram expostas de forma prolongada — e sem o devido acesso à equipamentos de proteção individual — a gases tóxicos, materiais contaminados e condições profundamente insalubres, o que as submetia a um risco contínuo de vida.

Durante os seus 34 anos de existência, o lixão de Jardim Gramacho produziu uma série de impactos ambientais e sociais negativos para a população ao entorno, cuja maioria era negra. A decomposição dos resíduos gerava a emissão de gases tóxicos, como o metano, comprometendo a qualidade do ar e representando riscos à saúde. Em paralelo as condições de trabalho e de vida no local, eram extremamente insalubres, marcadas pela exposição direta a materiais contaminados e a presença de vetores de doenças. Como consequência, tornaram-se recorrentes problemas de saúde, como doenças respiratórias, dermatológicas e infecciosas nas regiões adjacentes ao local. Mesmo após o encerramento das atividades em 2012, muitos desses impactos ainda persistem nos dias atuais, pois os danos causados pelo funcionamento do aterro ainda persistem. Como exemplo destacamos: a poluição dos afluentes de água, piora da qualidade do ar, contaminação de solo, o que evidencia, que tal local ao longo dos seus anos de funcionamento, operou como uma grande zona de sacrifício, onde a população local tornou-se condenados da terra, visto que tiveram suas condições de saúde impactadas.

Avançando em nossos estudos outra zona de sacrifício em que o racismo ambiental se faz presente, e o racismo opera marcando corpos negros como condenados da terra é o bairro do Jacaré. A formação desse bairro, na zona norte do Rio de Janeiro, está diretamente relacionada ao processo de expansão urbana e industrial ocorrido ao longo do século XX, especialmente a partir das décadas de 1940 e 1950, onde as expressões da “Questão Social” eclodem no país. Nesse período, a instalação de fábricas atraiu trabalhadores que acabaram construindo suas casas às margens do rio Jacaré. O crescimento desordenado e a valorização de determinadas áreas da cidade impulsionaram a ocupação da região por populações com baixo poder aquisitivo, em sua maioria negras, que não tiveram acesso a políticas habitacionais e a um planejamento urbano adequado.

Ao longo de sua trajetória, o bairro foi marcado por processos que evidenciam, simultaneamente, o abandono por parte do Estado e a exposição constante de seus moradores a diferentes dimensões da violação de direitos, como a violência policial, expressa em operações letais e abusivas; a violência estrutural, manifestada na ausência de acesso a serviços básicos como saúde, educação e saneamento básico; a violência simbólica, que estigmatiza o território e seus habitantes; e a violência socioeconômica, relacionada à precarização das condições de vida e à limitação de oportunidades de acesso à emprego. Dentro do contexto das operações policiais entre elas, destaca-se a operação Exceptis, realizada em 2021, que ficou conhecida como a Chacina do Jacarezinho, resultando na morte de 22 homens negros. Esse episódio tornou-se um dos exemplos mais emblemáticos dessa dinâmica de necropolítica ministrada pelo ente estatal, ao evidenciar não apenas o uso desproporcional da força, mas também a maneira como determinados territórios são tratados como espaços de subjugação, onde o descarte de corpos pobres opera a todo vapor.

A repetição de ações violentas, aliada à histórica ausência de investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura urbana, revela uma lógica profundamente desigual de gestão do território. De um lado, observa-se a negligência do poder público na garantia de condições dignas de vida; de outro, uma presença estatal que se manifesta predominantemente por meio da repressão e do controle armado. Fanon (1961) aborda a mediação do poder das classes dominantes nos contextos coloniais, onde o Jacaré é visto com a região colonizada e o estado é o intermediário, na qual a violência se apresenta como linguagem central de dominação:

Nas regiões coloniais, ao contrário, o polícia e o soldado, pelas suas intervenções diretas e frequentes, mantêm o contacto com o colonizado e aconselham-no, com golpes de coronha ou incendiando as suas palhotas, que não faça qualquer movimento. O intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência [...] O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado (Fanon, 1961, p.34).

Nessa perspectiva, a atuação estatal em territórios como o Jacarezinho não se dá prioritariamente pela garantia de direitos, mas por meio de práticas coercitivas que reafirmam relações históricas de dominação e controle social.

A leitura acima permite compreender o Jacarezinho como um território onde a presença do Estado se materializa, sobretudo, por meio da violência direta e recorrente. Assim como nas regiões coloniais descritas pelo autor, a mediação entre poder e

população ocorre principalmente pela atuação das forças policiais, que estabelecem um contato baseado na repressão, no medo e no controle armado. Nesse sentido, as operações policiais frequentes no Jacarezinho não apenas buscam combater a criminalidade, mas também reafirmam uma lógica histórica de dominação, na qual determinados corpos e territórios são tratados como alvos legítimos da força.

Dessa forma, a violência deixa de ser episódica e passa a constituir uma linguagem permanente de gestão, penetrando o cotidiano dos moradores e moldando suas experiências sociais, ao mesmo tempo em que evidencia a substituição da garantia de direitos por práticas sistemáticas de repressão. Dentro dessa perspectiva podemos compreender também como ocorrem as relações sociais da necropolítica, pois na medida que o poder público se omite, ele em contrapartida intervém de forma violenta, expondo aquela população ao risco de morte constante, sendo pela intervenção do estado ou a não intervenção do Estado, ou seja, pela omissão ou a intervenção violenta.

Considerações finais

Este trabalho não buscou esgotar o tema, mas fomentar o debate sobre os impactos do racismo estrutural e do racismo ambiental sobre corpos negros em territórios periféricos, como Duque de Caxias e o bairro do Jacaré, na zona norte do Rio de Janeiro. Também destacamos a importância das categorias de racismo ambiental, em Herculano (2006), “condenados da terra”, em Fanon (1961), e necropolítica, em Mbembe (2016), para compreender processos históricos que ainda hoje atingem negativamente a população negra.

O título do trabalho faz referência à música Principia, do rapper Emicida⁵, cuja trajetória artística valoriza a resistência e a historicidade da população negra. Assim, entendemos que o enfrentamento ao racismo ambiental, à necropolítica e ao descaso do poder público com populações historicamente marginalizadas, exige a união da classe trabalhadora na luta por uma sociedade livre de todas as formas de exploração e opressão social, comprometida com a emancipação e a expansão social de todos os indivíduos.

⁵ Para ouvir a música, acesse: (2125) Emicida - Principia - Ao Vivo part. Pastor Henrique Vieira #AmarEloAoVivo - YouTube

Referências

- BARBOSA, Francielly. **Rio: falta de saneamento em favelas confirma racismo ambiental**. Agência Brasil. Rio 1 set. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-08/rio-falta-de-saneamento-em-favelas-confirma-racismo-ambiental>. Acesso em: 26 abril 2026.
- FANON, Frantz. ***Os condenados da terra***. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Ulisseia, 1961.
- GOMES, Luiz Claudio Moreira. MEIRELLES, S., Delton R. **A Busca da Cidadania: A Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias – RJ**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/34vgzdn>.
- HERCULANO, Selene. **Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental**. Anais do I Seminário cearense contra o racismo ambiental. Fortaleza: Ceará, 2006.
- LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Outubro Revista, São Paulo, n. 1, p. 73-80, 1998.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo, 2011.